



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- BAP**



**OSMANO ARAUJO FERNANDES**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM TAPEROÁ-PB**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BAP**

OSMANO ARAUJO FERNANDES

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM TAPEROÁ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Administração Pública.

Orientador (a): Profa. Dra. Carla Calixto da Silva

**JOÃO PESSOA –PB**  
**2022**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F363e Fernandes, Osmano Araujo.

Educação financeira e endividamento: um estudo de caso dos servidores  
público em Taperoá-PB / Osmano Araujo Fernandes. - João Pessoa, 2022.  
34 f. : il.

Orientação: Carla Calixto da Silva. Monografia  
(Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Administração pública. 2. Educação financeira. 3. Endividamento. 4.

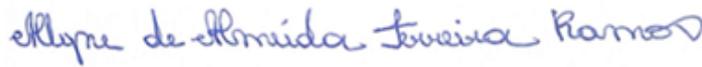
UFPB/CCSA

CDU 35

OSMANO ARAUJO FERNANDES

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM TAPEROÁ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado, sob a avaliação da seguinte banca examinadora:



---

Professora Dra. Allyne de Almeida Ferreira Ramos

Examinador(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** TATIANE TENORIO DA GAMA LEITE DE FREI  
Data: 05/12/2022 19:48:20-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Professora M<sup>a</sup> Tatiane Tenório da Gama

Examinador(a)



---

Professora Dra. Carla Calixto da Silva

Orientador(a)

JOÃO PESSOA, PB, 05 de dezembro de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus, que nos dar força para viver e vencer os obstáculos que encontramos em nossa caminhada do dia a dia. Obrigada, meu Deus, por me capacitar e trazer essa vitória para a minha vida.

Obrigado, meu pai e minha mãe por estarem sempre ao meu lado e por me ensinarem tanto. Agradecer aos meus pais Miguel Fernandes Pimenta e Josefa de Araújo Pimenta (*in memoriam*), que mesmo em suas poucas formações intelectuais, passaram ao seu filho sabedoria e conhecimento, que beberá eternamente dessa fonte.

Aos servidores da Prefeitura Municipal de Taperoá, que dispuseram seu tempo a responder o questionário e ao fornecimento de informações essenciais a conclusão do estudo.

A minha orientadora, professora Dra. Carla Calixto da Silva, que pelo pouco tempo que tivemos, me auxiliou e me direcionou da melhor forma para a conclusão do trabalho, esclarecendo dúvidas e ajudando a ampliar meu conhecimento sobre a melhor maneira de conduzir o tema.

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM TAPEROÁ-PB**

**Resumo:** Esta pesquisa teve como objetivo identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores públicos do Município de Taperoá/PB. Especificadamente, pretendeu-se: a) traçar o perfil socioeconômico dos servidores; b) analisar o nível de endividamento; c) verificar o nível de educação financeira e o planejamento familiar dos servidores e, d) identificar possíveis causas e consequências do endividamento para o servidor público municipal. Para alcançar o objetivo do trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa com a utilização do método de revisão bibliográfica e com coleta de dados através de questionário respondido por 38 servidores públicos municipais. O questionário foi elaborado com 39 questões, divididas em 3 partes (perfil socioeconômico, perfil do nível de endividamento e o perfil do nível de educação financeira). Através dos resultados da pesquisa, pode-se concluir que o nível de educação financeira dos servidores de Taperoá é insuficiente e que apesar do nível de endividamento da amostra apresentar-se relativamente reduzido, o perfil dos entrevistados sugere falta de conhecimentos em áreas como planejamento financeiro e investimento. Em relação ao nível de endividamento, constatou-se que os servidores, em sua maioria, se definem como pouco endividados, havendo frequência em níveis mais sérios do aumento de empréstimos consignado no período analisado nas instituições financeiras no período da covid-19. Diante disso, verifica-se a necessidade de políticas públicas em parceria do município de Taperoá com Universidades, englobando as escolas estaduais, para que possam ser ministrados cursos, palestras e treinamentos sobre Educação Financeira.

**Palavras-chave:** Educação financeira, Servidores Públicos, Políticas Públicas, Taperoá.

**Abstract:** This research aimed to identify the relationship between the level of financial education and the level of indebtedness of civil servants in the Municipality of Taperoá/PB. Specifically, it was intended to: a) trace the socioeconomic profile of the servers; b) analyze the level of indebtedness; c) verify the level of financial education and family planning of public servants and, d) identify possible causes and consequences of indebtedness for municipal public servants. To achieve the objective of the work, it was decided to carry out a qualitative research using the bibliographical review method and with data collection through a questionnaire answered by 38 municipal public servants. The questionnaire was prepared with 39 questions, divided into 3 parts (socioeconomic profile, debt level profile and financial education level profile). Through the results of the research, it can be concluded that the level of financial education of the servants of Taperoá is insufficient and that despite the level of indebtedness of the sample being relatively low, the profile of the interviewees suggests a lack of knowledge in areas such as financial planning and investment. Regarding the level of indebtedness, it was found that the majority of public servants define themselves as having little indebtedness, with a frequency at more serious levels of the increase in payroll loans in the period analyzed in financial institutions during the period of covid-19. In view of this, there is a need for public policies in partnership between the municipality of Taperoá and Universities, including state schools, so that courses, lectures and training on Financial Education can be given.

**Keywords:** Financial Education, Public Servants, Public Policies, Taperoá.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Educação financeira, planejamento familiar e ações no serviço público.....	10
2.2 Endividamento e educação financeira .....	12
2.3 Estudos anteriores .....	14
3. METODOLOGIA.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4.1 Perfil sócio-econômico da amostra .....	18
4.2 Perfil do nível de endividamento .....	21
4.3 Perfil do nível de educação financeira .....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
6. REFERÊNCIAS.....	28
ANEXO.....	31

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM TAPEROÁ-PB

Osmano Araújo Fernandes

Graduando em Bacharelado em Administração Pública – EAD/UFPB

Carla Calixto da Silva

Orientadora – DGP/UFPB

### 1. INTRODUÇÃO

O período da pandemia da Covid-19 e o prolongamento da guerra da Ucrânia em 2022, vem produzindo no âmbito mundial um cenário de incertezas, tanto em termos de dados recentes quanto em termos de expectativas sobre as variáveis econômicas e seus impactos nas economias. No Brasil, a inflação alta e persistente, condicionada por este cenário, provocou o início de ciclos de aperto monetário com taxa de juros alta em 2021, que teve repercussão tanto na projeção de crescimento econômico, quanto no mercado de trabalho e nas mudanças de comportamento das famílias sobre o consumo (CAVALCANTE *et. al*, 2022).

De acordo com dados do Boletim Focus do Banco Central (2022), no acumulado de agosto de 2021 a agosto de 2022, a inflação no Brasil alcançou o patamar de 8,7%, valor 3,7 pontos percentuais acima da meta inflacionária prevista. No mesmo período, a taxa de juros Selic subiu 7 vezes consecutivamente, passando de 5,25% para 13,75%. A inflação elevada e altas taxas de juros, alinhados com as incertezas quanto há aumentos salariais, reduzem os rendimentos, onera os financiamentos e dificulta a organização do orçamento familiar, ampliando o nível de endividamento (CNC, 2022).

Gled e Almeida (2021) verificaram em seu estudo que o nível de endividamento das famílias no Brasil está associado a variáveis econômicas. De modo geral, os autores identificaram que a inflação, a taxa de desemprego, os períodos de crises política, econômica e sanitária de 2020 e o nível de inadimplência estão associados com o endividamento das famílias.

Segundo dados da última Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC (2022), o nível de endividamento das famílias atingiu números recordes em julho de 2022. Entre as famílias que possuem dívidas a vencer, o percentual de endividamento é de 78%, valor 6,6% acima do mesmo período de 2021. Esses dados confirmam a lacuna existente em

relação à educação financeira e o endividamento no Brasil. Diante desse quadro, um dos grandes desafios atuais, refere-se na reflexão acerca da maneira de como lidar com o dinheiro.

Dynan e Kohn (2007) relatam que em um mundo sem restrições de financiamento, as famílias têm mais liberdade para escolher o consumo desejado, com base na vida útil dos recursos, taxas de juros e nos seus gostos e necessidades pessoais. A facilidade de acesso ao crédito é um dos aspectos que diferenciam o funcionário público dos trabalhadores assalariados. Segundo Flores *et. al* (2013), o servidor público possui maior facilidade de acesso ao crédito, em virtude de que, para as instituições ofertadoras de crédito, o emprego público significa renda garantida, implicando em um menor risco.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2021), percebe-se que o crédito consignado concedido aos servidores públicos vem crescendo substancialmente, com um aumento de 11,5% nos últimos 12 meses considerando o período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021. Partindo do pressuposto de Flores *et. al* (2013), o acesso ao crédito está diretamente associado a renda da família, o servidor público pela facilidade lhe oferecida, poderia apresentar uma propensão maior a endividamento, pois apresenta uma renda fixa garantida mensalmente pelo ente pagador e o interesse contínuo por parte das instituições financeiras a oferta de linhas de créditos.

Diante da realidade descrita, este estudo busca responder a seguinte questão: Qual a relação entre o nível de endividamento e o nível de educação financeira entre os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Taperoá/Paraíba?

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores públicos do Município de Taperoá/PB. Especificadamente, pretende-se: a) traçar o perfil socioeconômico dos servidores; b) analisar o nível de endividamento; c) verificar o nível de educação financeira e o planejamento familiar dos servidores e, d) identificar possíveis causas e consequências do endividamento para o servidor público municipal.

Apesar da ampla literatura sobre estudos de educação financeira no Brasil, ainda há uma escassez de trabalhos que analisam o nível de endividamento e educação financeira dos servidores públicos incluindo o período da pandemia da Covid-19 em âmbito municipal. Optou-se por esse estudo de caso com os servidores estatutários da Prefeitura Municipal de Taperoá, tendo em vista que até o presente momento não foi encontrado nenhum trabalho na literatura onde possa ter sido analisado a situação de endividamento e o nível de educação financeira do quadro de seus servidores.

Assim, espera-se com esta pesquisa contribuir para a abrangência de estudos em educação financeira e o desdobramento deste conhecimento na área do endividamento financeiro em uma organização pública municipal. Acredita-se, que o setor público é uma parcela considerável da população do país que detém poder econômico, sabendo-se também da importância que o endividamento familiar representa no consumo e em toda a cadeia econômica. Bem como, a relevância de estudos que abordem ações na administração pública para mitigar possíveis problemas financeiros dos seus funcionários que possam causar redução da produtividade e possíveis afastamentos do trabalho.

Para tanto, este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção consta a fundamentação teórica que serviu de base para o estudo, em seguida é apresentado o método de pesquisa e suas aplicações. Logo após, é realizada a apresentação dos resultados e dados encontrados, por fim conclui-se com a discussão sobre os aspectos relevantes da educação financeira dos servidores públicos obtidos na pesquisa.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção, apresenta-se uma breve revisão conceitual a respeito da educação financeira, planejamento, endividamento e estudos anteriores.

### **2.1 Educação financeira, Planejamento familiar e Ações no setor público**

A educação financeira, proporciona métodos na forma de gerenciamento do dinheiro dos consumidores, auxiliando na conscientização de poupar e investir, trazendo mais informação e assim evitando que sejam vítimas de possíveis fraudes financeiras. Entretanto, sua crescente relevância nos últimos anos, vem ocorrendo em decorrência do crescimento dos mercados financeiros e de mudanças políticas e econômicas no país, tornando o tema essencial para a compreensão de orçamento pessoal e familiar (OCDE, 2005).

De uma forma mais detalhada, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) conceitua a educação financeira como:

“[...] processos mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e

riscos nelas envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar (OCDE, 2005)”.

Os problemas financeiros possuem origem na vinculação dos ganhos financeiros aos maus hábitos. Entende-se como hábitos que prejudicam a organização financeira: as compras não planejadas, a falta de um orçamento, o descontrole e os vícios. De modo simplificado existem duas formas de se destinar cada centavo que é recebido: gastando-o ou poupando-o.

De acordo com Bitencourt (2004), para se alcançar a prosperidade financeira a solução está em encontrar o equilíbrio entre essas duas opções, onde usando uma análise simples, existem apenas duas coisas a fazer com cada real ganho: gastá-lo ou poupá-lo. O segredo do sucesso financeiro está em encontrar o equilíbrio. Para obter esse equilíbrio se faz necessário o domínio de alguns conhecimentos, habilidades e atitudes angariados através da educação financeira, pois quanto maior o conhecimento acerca do assunto, menores serão os níveis de comprometimento da renda dos agentes econômicos (CLAUDINO *et al*, 2009).

No ano de 2010 foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF que consistia em uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. O objetivo principal da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, é promover e apoiar atividades que auxiliem a população a desenvolver sua autonomia para que consigam tomar decisões financeiras de forma consciente (BRASIL, 2017).

Desde a sua instituição, a ENEF vem buscando promover a disseminação dos conhecimentos financeiros para as mais diversas camadas da população, através da articulação de esforços vindos tanto do setor público como da iniciativa privada. Segundo Floriano (2020), a estratégia integra uma mobilização de âmbito nacional e uma das principais ações preconizadas por ela é oferecer educação financeira nos currículos escolares.

Essa ação foi viabilizada inicialmente no ano de 2018 com a inserção da Educação Financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com Giordano (2019) essa implantação teve como objetivo impulsionar o desenvolvimento de ações educativas ao articular esse conhecimento com outros saberes da educação básica e consequentemente promover avanços no letramento financeiro dos alunos. Ao serem expostos desde cedo a esses fundamentos a possibilidade de formar adultos financeiramente responsáveis e aptos a tomar decisões que irão estabelecer sua qualidade de vida no longo prazo aumentam substancialmente (ACOSTA, 2016).

Proporcionar educação financeira aos indivíduos é um importante elemento de estabilidade econômica e financeira, pois possibilita obter benefícios não apenas na esfera individual, mas também no âmbito da economia já que eles deterão conhecimento financeiro e provavelmente serão agentes poupadores. Os recursos poupados pelas famílias constituirão uma fonte de financiamento para diversos segmentos da economia que não conseguem ser totalmente financiados pelo Estado, visto que o mesmo historicamente é um agente deficitário (CLAUDINO *et al*, 2009).

É possível observar que o nível de educação financeira da população brasileira está longe de ser considerada ideal. Silva e Silva (2015, p. 02) reforçam que perante o consumismo da sociedade atual quando as pessoas se deparam com inúmeras opções de produtos e serviços financeiros disponíveis como cheque especial, cartões de crédito, poupanças e crédito direto ao consumidor, faz necessário que os consumidores estejam preparados para lidar com as finanças pessoais. Pois com diversas ofertas bem atrativas, vários indivíduos vêm contraindo dívidas e se comprometendo com parcelamentos em longo prazo que acabam virando inadimplência, pois comprometem valores significativos de sua renda e depois não conseguem arcar com as despesas (SILVA E SILVA, 2015).

Bacen (2013, p.12) esclarece que a ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação.

Deste modo, o planejamento financeiro é importante, uma vez que ele é ideal para evitar possíveis contratemplos entre as pessoas que residem na mesma casa e para garantir uma boa qualidade de vida. Ao realizá-lo com eficiência, todos os agentes econômicos ficam por dentro do assunto e criam estratégias para mitigar os gastos que podem afetar as finanças no final do mês.

## **2.2 Endividamento e educação financeira**

O termo endividamento designa o montante de contas a pagar que é atrelado a uma pessoa. Então vemos que endividamento é a utilização de recursos de terceiros para cumprir com seus compromissos, satisfazendo o seu consumo e onde ao se apossar desses recursos de terceiros, o mesmo ofereça uma compensação financeira (juros) acrescida ao capital tomado em uma data futura (MARQUES E FRADE, 2003).

Um dos motivos que podem aumentar o endividamento das pessoas é o crédito pessoal, impulsionando para que haja o consumo de bens e serviços por elas, fazendo com que a economia do país seja movimentada, fornecendo recursos que irão ajudá-las a consumir esses bens e serviços, que podem estar além das suas condições financeiras (SILVA, 2014).

A educação financeira e o endividamento estão interligados, pois a educação financeira coopera com o sistema econômico, pois permite aos consumidores a aquisição de produtos e serviços financeiros de forma adequada e planejada, reduzindo o descumprimento de obrigações com terceiros, dentro do seu orçamento (PINHEIRO, 2008).

A educação financeira, combinada com mecanismos de controle, como leis de proteção ao consumidor, regulamentação dos empréstimos e do funcionamento dos bancos, financeiras e comércio, é uma medida fundamental para reduzir o problema do sobre endividamento.

Silva Júnior (2017) revela dados de um estudo baseado em entrevistas realizadas no ano de 2014 com mais de 150 mil adultos em 144 países. O estudo apurou que apenas uma parcela de 33% da população mundial domina três dos quatro conceitos abordados na pesquisa e pode ser considerada educada financeiramente. Isso significa que duas a cada três pessoas, ou 3,4 bilhões de pessoas, têm baixo nível de educação financeira. Nesse estudo foi identificado um aumento do endividamento das famílias na economia mundial nos últimos anos, em grande parte devido à expansão do crédito nos mercados emergente.

De acordo com os dados do Banco Central do Brasil (2021), percebe-se que o crédito consignado concedido aos servidores públicos, vem crescendo, com um aumento de 11,5% nos últimos 12 meses considerando o período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021.

Silva Junior (2017) menciona que no Brasil as dívidas das pessoas físicas já representam 46% da renda disponível. E neste caso, as pesquisas apontam que os vilões das dívidas das famílias brasileiras são os cartões de crédito com 78,6% do total. Seguido das dívidas com carnês, representando 16,8%, os financiamento de carro com 12,5%, o crédito pessoal com 9,8% e o financiamento de casa, representando cerca de 8,1%. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada em janeiro de 2016 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual de famílias com dívidas cresceu de 57,5% em janeiro de 2015, para 61,6%, em janeiro de 2016 (ABDALA, 2017).

Buscando avanços para esta área do conhecimento, Vieira *et al*, (2016) tentou entender de onde vem o bem-estar financeiro e obteve resultados que reforçam a importância de educar-se financeiramente para manutenção desse estado, já que pessoas que possuem o controle de

suas ações no âmbito das finanças evitam a contração de dívidas e conseqüentemente tendem a um maior bem-estar financeiro.

No estudo de Claudino *et al.* (2009) utilizando-se de uma análise da relação entre educação financeira e endividamento dos servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), trabalho que analisou a relação entre educação financeira e endividamento dos servidores dessa instituição, chegando à conclusão que o maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas de risco. Além disso, verificou que os piores níveis de dívidas estão associados a baixo conhecimento de educação financeira.

Conforme descreve Camargo (2007) a gestão pessoal terá como objetivo estabelecer e seguir uma estratégia definida que irá proporcionar mais ou menos uma ação por parte do indivíduo com o fim da manutenção ou acúmulo de bens ou valores. Essa situação pode conseqüentemente auxiliar a pessoa ou família na formação do seu patrimônio. Assim essa estratégia pode ser verificada no curto, médio ou longo prazo o qual irá garantir uma tranquilidade econômico-financeira para a pessoa.

Nesse aspecto, realizar orçamentos pessoais traz ao indivíduo a oportunidade de avaliar sua situação financeira e definir prioridades que poderão impactar em sua vida pessoal. É dessa forma, que poderá poupar e investir o dinheiro para que possa ter recursos suficientes para eventuais emergências.

### **2.3 Estudos anteriores**

O nível de endividamento e educação financeira dos servidores públicos foram objeto de alguns estudos ao longo dos últimos anos. As pesquisas realizadas, de forma geral, objetivaram demonstrar as contribuições recentes, o conhecimento financeiro dos servidores públicos, o grau de endividamento, assim como, pesquisar sobre as causas e as conseqüências do endividamento na esfera pública.

O estudo proposto por Claudino *et al.* (2009) teve como objetivo identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa/Minas Gerais. Os resultados indicaram que o nível de educação financeira dos servidores é insuficiente e que as principais deficiências dos servidores nesta área são: conhecimento da liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxa do cheque especial. Quanto ao nível de endividamento,

percebeu-se que os servidores, em sua maioria, encontraram-se pouco endividados, havendo baixa frequência em níveis mais sérios de endividamento. No entanto, os autores concluíram que o maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas de risco. Diante disso, os autores sugeriram cursos na área de gestão financeira aos servidores.

Diante da relevância do tema, Flores *et al*, (2013) analisou a influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria/Rio Grande do Sul. Nos resultados obtidos observou-se que servidores possuem um alto nível de conhecimento sobre finanças pessoais. Constatou que os casais possuem maior percepção aos riscos financeiros que os solteiros. De maneira geral, os servidores apresentaram baixos níveis de endividamento e um comportamento conservador perante o risco financeiro.

Santos (2018) teve como objetivo principal identificar como se encontra a situação financeira dos guardas civis municipais de João Pessoa. Foi identificado em seu trabalho que a maioria dos servidores da categoria possui dívidas com empréstimo e cartão de crédito, sendo que apenas a modalidade do cheque especial não é comum. No que se trata de Educação Financeira, 29,50% dos servidores disseram terem tido contato com alguma orientação acerca da educação financeira, enquanto que 50,0% disseram não tido nenhum contato com o tema. A conclusão do estudo de modo geral, é que cerca de 70% dos servidores desse setor, encontram-se endividado.

No estudo de Chacon (2019) onde trazia como objetivo geral da sua pesquisa identificar as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem o crédito consignado, e mediante as análises dos resultados, foi averiguado que o que leva os servidores públicos a obterem o crédito consignado é a falta de planejamento financeiro e a má gestão do orçamento pessoal. Notou-se, que os mesmos mantêm ativo os refinanciamentos por longos prazos, comprometendo o orçamento de forma familiar e fazendo com que o endividamento já seja parte do recebimento de seus proventos.

Lucena (2019) elaborou um estudo com o objetivo de analisar a importância da educação financeira para minimizar o endividamento dos bombeiros militares do Estado da Paraíba. A conclusão do estudo mostra que com relação ao endividamento, o servidor público da categoria do estudo possui dívidas, sendo que grande parte utiliza a modalidade de cartão de crédito e compromete sua renda com empréstimos ou financiamentos. Na conclusão do estudo, foi ressaltado que a maioria dos respondentes não é ou nunca foi inadimplente, onde a faixa de gastos com cartão de crédito é alta, chegando próximo de coincidir faixa de renda individual predominante, apesar de que, grande parte dos servidores que responderam à

pesquisa, terem o hábito de “pagar as contas em dia”. Na temática da educação financeira, expressiva parcela dos servidores militares do Corpo de Bombeiros (80,45%), respondera que tivera alguma informação alusiva ao assunto, associada ao planejamento financeiro.

O estudo sobre educação financeira dos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba-(UFPB) de Ferreira (2020), analisou as características do endividamento dos servidores públicos da UFPB, onde também foi feita análise do gerenciamento das finanças pessoais dos servidores público dessa instituição. Nas questões sobre endividamento, concluiu-se que há uma boa saúde financeira dos servidores, mas que requer algumas observações, pois 22,68% afirmaram ter contas em atraso, não conseguindo, assim, liquidar os débitos. A principal alegação para a ocorrência do atraso se deve à falta de planejamento financeiro. Por fim, nas questões sobre educação financeira, a grande maioria afirmou utilizar o salário como fator determinante em suas despesas, sendo que uma minoria admitiu possuir um nível baixo de educação financeira.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa foi caracterizada tanto de forma quantitativa quanto com características qualitativa, onde procurou-se abordar a relação entre o endividamento e educação financeira dos servidores públicos do Município de Taperoá, na Paraíba, principalmente durante os anos da pandemia da Covid-19. Para alcançar o objetivo do trabalho, optou-se por realizar um estudo exploratório descritivo, do tipo estudo de caso, uma abordagem quanti-qualitativa uma vez que foi realizada a interpretação dos resultados. Também foi feito uso de questionários estruturados e análises estatísticas dos dados recolhidos após respostas por parte dos servidores do município de Taperoá, o que demonstra o uso de uma abordagem quantitativa.

O município de Taperoá encontra-se no Planalto da Borborema, na parte central do Estado da Paraíba. Faz parte da mesorregião da Borborema e da microrregião do Cariri Ocidental. Está localizada a 245 Km da capital João Pessoa e a 120 Km da cidade de Campina Grande. Limita-se com os municípios de Desterro, Livramento, Passagem, Salgadinho, São José dos Cordeiros, Parari, Santo André, Assunção, Areia de Baraúna e Cacimbas. A BR 230 e a PB 238 são as principais rodovias que dão acesso ao município. O município possui uma área de 663 km<sup>2</sup>. Está situada à uma altitude de 532 m acima do nível do mar em sua sede. Seu clima predominante é o tropical seco, característico do sertão paraibano, com temperaturas variando entre 20° a 38° graus. Sua vegetação é nativa (caatinga), em sua maior parte com

plantas rasteira, de pequeno porte, com espinhos e catombos, típica do semiárido paraibano (IBGE, 2010).

Taperoá PB, é uma cidade de pequeno porte, com uma população estimada de 14.938 habitantes. A economia da cidade gira em torno da agricultura, da pecuária e do comércio, sendo uma cidade bastante conhecida no cenário nacional, pois é o cenário para o filme de renome nacional o Auto da Compadecida, baseada na obra do escritor Ariano Suassuna, (IBGE, 2010).

A coleta de dados se deu junto a uma amostragem de um instrumento primário de coleta de dados elaborado com o intuito de responder ao problema de pesquisa e aos objetivos. O questionário é o meio mais rápido e barato para levantar informações, não necessita de treinamento pessoal e garante o anonimato (GIL, 2009).

As etapas que nortearam essa pesquisa partiram da hipótese de que a maior parte dos servidores da Prefeitura municipal de Taperoá, lotados em suas respectivas secretarias de trabalho, que são: Secretária municipal de Saúde, Secretária Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, Secretaria do Bem Estar Social e outros departamentos da edilidade, recorreram constantemente aos empréstimos consignados junto as instituições financeiras na cidade, aumentando o endividamento pessoal.

O modo de coleta das respostas foi feito por meio de questionário com perguntas fechadas de modo presencial e com o uso da ferramenta *Google Forms*. O critério que foi utilizado foi enviar aos servidores através de link para resposta do questionário e questionários presenciais nos departamentos da edilidade onde os servidores estão lotados, amostras usadas por meio da conveniência e acessibilidade. Para a tabulação, foi utilizado o *Microsoft Excel*.

O questionário contém 39 (trinta e nove) questões (em anexo). O questionário está dividido em 03 (três) partes. A primeira parte aborda o perfil sócio econômico, com abordagem nas perguntas para definir o perfil do entrevistado. Na segunda parte o perfil do endividamento do servidor, com perguntas focadas no grau de endividamento do servidor. A terceira parte do questionário trata do perfil da educação financeira, onde o entrevistado mostra o grau de conhecimento sobre educação financeira e o perfil da relação de confiança do servidor público. Ressalta-se que, a pesquisa foi efetuada no ano de 2022, durante o mês de novembro.

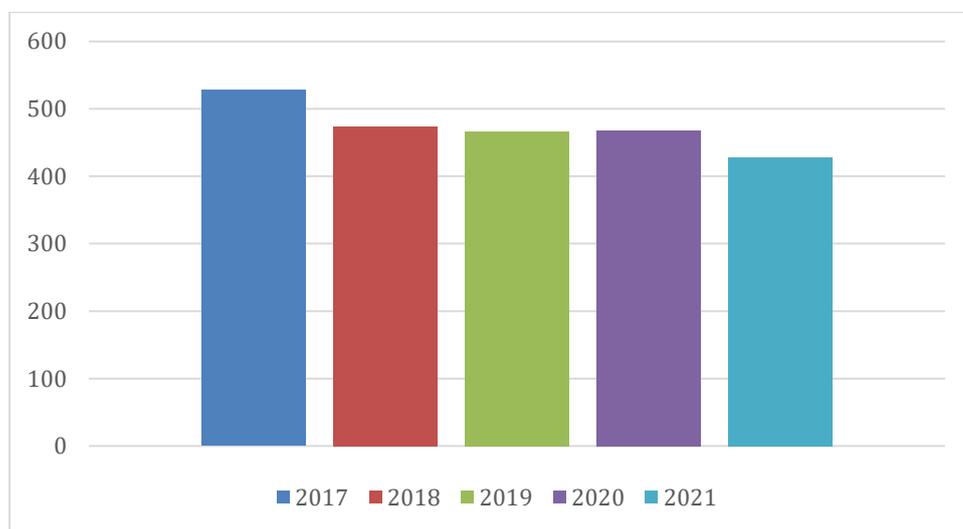
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram segregados em três tópicos. O primeiro apresentou o perfil socioeconômico da amostra. A segunda parte teve como objetivo apresentar o perfil sobre o endividamento dos servidores. Por fim, a terceira parte trata do nível de educação financeira dos servidores públicos de Taperoá.

### 4.1 Perfil socioeconômico da amostra

De acordo com a pesquisa constata-se que o número de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Taperoá, reduziu-se no período de 2017 a 2021, totalizando uma restrição de 100 servidores. O Gráfico 1 a seguir, mostra que no ano de 2017, o município apresentava um contingente de 528 servidores chegando a 468 em 2020, valor 11,36% menor, no período da pandemia da Covid-19.

**Gráfico 1:** Quantidade de servidores estatutário da Prefeitura Municipal de Taperoá-PB, nos anos de 2017 a 2021.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Diante do quadro de servidores estatutário de Taperoá, o trabalho realizou a aplicação da pesquisa, onde foram obtidos 38 questionários respondidos. A primeira parte do questionário é constituída por perguntas que tiveram como objetivos determinar as variáveis

correspondentes, tais como: gênero, idade, estado civil, raça, nível de escolaridade, renda familiar, quantidade de filhos e quantidade de pessoas residentes no mesmo domicílio.

De acordo com a Tabela 1, foi constatado que, do total de 38 questionários respondido, 52,63% dos pesquisados se declararam pertencer ao gênero masculino, enquanto que 47,37% se declararam do gênero feminino. No item idade foi averiguado que 42,11% possui entre 36 anos e 42 anos, 18,42% possui idade entre 48 anos e 53 anos, e 15,80% tem entre 54 e 59 anos, totalizando nesses três níveis de idade 76,23%, mais de dois 2/3 dos entrevistados e portanto fica demonstrado como a grande maioria dos servidores estão em níveis que demonstram mais maduros e experientes. A pesquisa teve resultados semelhantes aos encontrados nos trabalhos de Ferreira (2021) e Galindo (2021), onde 36,8% e 34,4% da amostra era composta por servidores entre 30 a 42 anos.

**Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos participantes**

(Continua)

<b>GÊNERO</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Masculino	20	52,63%
Feminino	18	47,37%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>IDADE</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Entre 24 e 29 anos	03	7,89%
Entre 30 e 35 anos	02	5,26%
Entre 36 e 42 anos	16	42,11%
Entre 43 e 47 anos	03	7,89%
Entre 48 e 53 anos	07	18,42%
Entre 54 e 59 anos	06	15,80%
Entre 60 e 65 anos	01	2,63%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Solteiro (a)	18	47,40%
Casado (a)	16	42,10%
Divorciado (a)	02	5,26%
Comunhão Estável	01	2,62%
Outro (a)	01	2,62%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>RAÇA</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Branco	12	31,58
Pardo	24	63,16
Preto	02	5,26
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental	05	13,16%
Ensino Médio Completo	08	21,05%
Ensino Médio Incompleto	01	2,63%
Ensino Superior Completo	08	21,05%
Ensino Superior Incompleto	05	13,17%
Ensino Superior completo c/Especialização	08	21,05%
Ensino Técnico	03	7,89%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>RENDA MENSAL FAMILIAR</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>

Até 1 salário Mínimo	14	36,84%
Entre 1 e 3 salários-mínimos	17	44,75%
Acima 3 até 5 salários-mínimos	03	7,89%
Acima 5 até 10 salários-mínimos	04	10,52%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>FILHOS</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Nenhum filho	11	28,90%
1 filho	11	28,90%
2 filhos	11	28,90%
3 filhos	02	5,30%
4 filhos ou mais	03	8,00%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>RESIDENTES NA MORADIA</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Moro sozinho	02	5,30 %
Moro com 1 pessoa	12	31,59 %
Moro com 2 pessoas	07	18,43 %
Moro com 3 pessoas	08	21,06 %
Moro com 4 pessoas	04	10,53 %
Moro com 5 pessoas	03	7,89 %
Moro com mais de 5 pessoas	02	5,30 %
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2022). **Legenda:** QTD – Quantidade

No item que se refere ao estado civil, constata-se na Tabela 1 que 47,40% se declaram solteiros, enquanto 42,10% se dizem casados. No tocante a raça dos entrevistados, 31,58% afirmaram serem brancos, 63,16% se declararam pardos e 5,26% são pretos. No nível de escolaridade o quadro demonstra que mais da metade dos entrevistados, no total 55,27% possui no mínimo a inicialização de um curso superior, portanto um nível alto escolaridade no perfil socioeconômico dos entrevistados, com bom grau de instrução escolar. Em relação a renda mensal familiar, constata-se que 36,84% ganham até um salário mínimo, 44,75% relataram que ganham entre um e três salários mínimos, 7,89% afirmaram ganham entre três e cinco salários mínimos e 10,52% ganham acima de cinco salários mínimos. Neste caso, verifica-se que grande parte dos servidores são casados e na sua maioria possuem renda superior a 1 salário mínimo, tendo em casa pessoas que geram mais renda. O que se entende é que o montante de renda familiar da maioria dos servidores supera o salário que recebem. Resultado que corrobora com o trabalho de Claudino (2009).

Os entrevistados declararam que 28,90% não possui nenhum filho, 28,90% dizem que tem pelo menos um filho e 28,90% declaram possuírem dois filhos, 5,30% dizem ter três filhos e 8,00% dizem ter acima de quatro filhos. No item quantas pessoas residem no mesmo domicílio, 71,08% afirmaram que convivem no máximo três pessoas sob o mesmo teto. Com base nos resultados de Chacon (2019) e de Galindo (2021) relacionado aos servidores públicos do estado da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba, respectivamente, percebe-se

também que a maioria da família dos pesquisados é composta por 3 ou 4 membros, bem como 2 pessoas são responsáveis pelo sustento da família.

#### 4.2 Perfil do nível de endividamento

A segunda parte do questionário teve como finalidade descrever a saúde financeira dos servidores públicos e o nível de endividamento dos servidores públicos de Taperoá. Conforme a Tabela 2, o objetivo era descobrir se os servidores possuíam dívidas em atraso, bem como, saber qual o principal motivo da ocorrência do atraso, quais as principais dívidas e o nível de gasto sobre a renda recebida.

De acordo com os dados da Tabela 2, a maioria dos pesquisados 84,20%, responderam que não possuem dívidas em atraso, enquanto que 15,80% afirmaram possuir algum tipo de dívida em atraso. Em relação ao período da pandemia da Covid-19, constata-se que 39,48% dos entrevistados se endividaram, enquanto a maioria 60,53% não contraíram dívidas nesse período.

A falta de planejamento é uma das principais causas do endividamento como enfatizado por Olivato e Souza (2007). No entanto, na pesquisa verifica-se que a falta de planejamento só foi respondida por 7,90% dos pesquisados. A grande maioria, 60,50% afirmaram em suas respostas que outros motivos são os alegados para as dívidas em atraso. Ademais, queda na renda, inflação, alta taxas de juros e problemas de saúde equivalem a 5,30% cada, dos motivos no endividamento municipal dos servidores. Enquanto 7,9% atribuem o endividamento ao acesso fácil ao crédito.

**Tabela 2: Perfil do Endividamento dos servidores públicos de Taperoá** (continua)

<b>Possui dívidas em atraso?</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Sim	06	15,80%
Não	32	84,20%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Você se endividou no período da Covid-19?</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Sim	15	39,48%
Não	23	60,53%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Principal motivo do atraso</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Falta de planejamento	03	7,90 %
Queda de renda	02	5,30%
Inflação alta	02	5,30%
Altas taxas de juros	02	5,30%

Acesso fácil ao crédito	03	7,90 %
Problemas de saúde	02	5,30 %
Outros	23	60,50 %
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Principal tipo de dívida</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Cartão de Crédito	08	21,10%
Cheque especial	01	2,60%
Empréstimo pessoal	17	44,80%
Financiamento de bem móvel	01	2,60%
Outras dívidas	11	28,90%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Com relação aos seus gastos</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Gasto mais do que ganho	<b>10</b>	<b>26,30%</b>
gasto igual ao que ganho	<b>19</b>	<b>50,00%</b>
Gasto menos do que ganho	<b>09</b>	<b>23,70 %</b>
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>

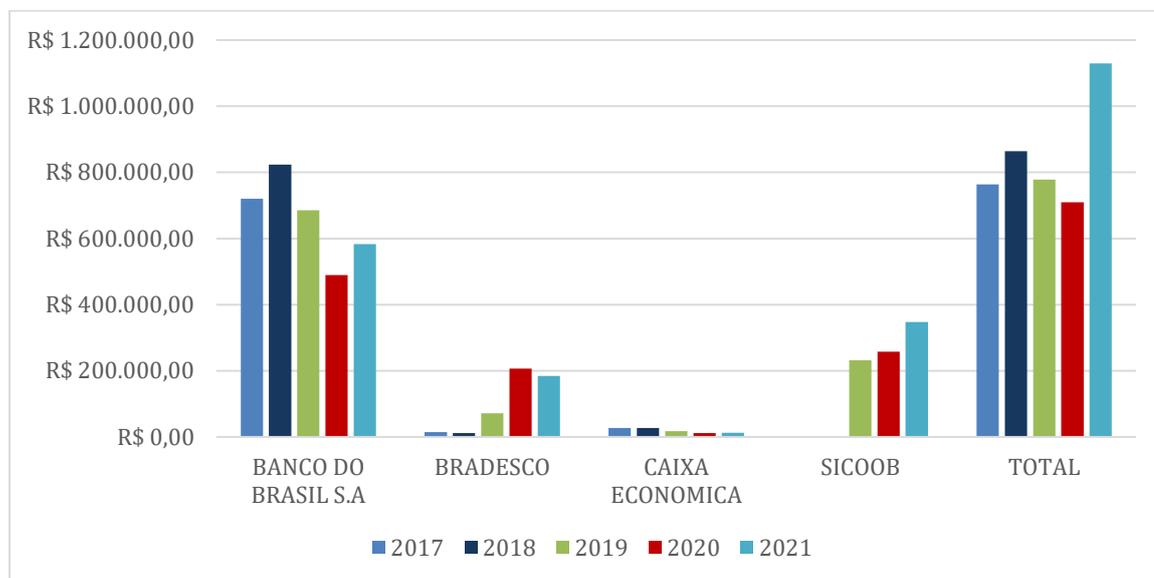
**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Em relação ao principal tipo de dívida, 44,80% responderam que empréstimos pessoais, seguido de outras dívidas 28,90% e cartão de crédito 21,10%. Estes resultados concordam com o que foi obtido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em novembro de 2019, ao demonstrar que 24,7% das pessoas afirmaram possuir dívidas ou contas em atraso e que o principal tipo de dívida se constitui da fatura do cartão de crédito (CNC, 2019). O empréstimo consignado e o investimento na aquisição de bem imóvel estão logo atrás como principais causas para o endividamento, com 22,11% e 22,81%, respectivamente.

O último item da pesquisa sobre endividamento nos mostra que 76,30% gasta igual ao que ganha ou mais do que ganha durante o mês para manter suas despesas. Ficando apenas 23,70% que gasta menos do que ganha, fato esse que mostra que o nível de poupança por parte dos servidores seja baixíssimo.

O Gráfico 2 detalha informações do montante contratado na modalidade de empréstimos consignados pelos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Taperoá PB, durante os anos analisados em todas as Instituições Financeiras presentes no Município de Taperoá. O maior credor para esse tipo de financiamento junto aos servidores sempre foi o Banco do Brasil S.A, pois era a principal Instituição Bancária e onde os servidores recebiam seus proventos. Com o surgimento de novas Instituições Bancárias inseridas na cidade, tais como Bradesco, Caixa Econômica Federal e SICOOB constatou-se o aumento na utilização de tais serviços ao longo dos anos.

**Gráfico 2:** Montante da modalidade em empréstimos consignados nos anos de 2017 a 2021.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ademais, como pode ser observado no Gráfico 2, o montante contratado no período da pandemia no período de 2020 atingiu o valor de R\$ 709.580,65 (setecentos e nove mil, quinhentos e oitenta e sessenta e cinco centavos) e em 2021 o valor foi de R\$ 1.129.155,02 (um milhão, cento e vinte e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais e dois centavos). Neste caso, observa-se que houve um aumento de 59,13%, no anos da pandemia da Covid-19. Valores que não condizem com as respostas dos entrevistados no qual, 60,53% dos entrevistados relataram que não contraíram dívidas no período da pandemia da Covid-19.

#### 4.3 Perfil do nível de Educação Financeira

Em relação ao perfil de educação financeira dos servidores de Taperoá, o objetivo da pesquisa visava descrever se os servidores detinham conhecimentos sobre educação financeira e qual seria o nível do planejamento familiar. De igual modo, objetivou-se verificar também o destino dos recursos financeiros no período de estudo.

Foi perguntando como os servidores consideram seu nível de educação financeira: a maioria, 68,40% dos pesquisados, afirmaram que consideram médio o seu nível conhecimento em educação financeira. Enquanto isso, 15,80% consideram seu nível de educação alto ou muito alto e 15,80% se consideram de baixo nível seu conhecimento sobre educação financeira.

Quando perguntado se “o conhecimento que eu possuo sobre finanças, é o suficiente para eu ter uma vida financeira bem organizada” a maioria das pessoas que responderam à pesquisa, 55,30% afirmaram que concordam parcialmente com a afirmação. De acordo com os dados, apenas 23,70% concordam totalmente com a afirmação. Verifica-se ainda que 15,70% dos pesquisados discordam parcialmente da afirmação e apenas 5,30% discordam totalmente.

**Tabela 3: Perfil do nível de educação financeira**

<b>Nível de educação financeira</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Alto	03	7,90%
Muito alto	03	7,90%
Médio	26	68,40%
Baixo	06	15,80%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Sobre a afirmação “ o conhecimento que eu possuo sobre finanças,é o suficiente para eu ter uma vida financeira bem organizada”</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Concordo parcialmente	21	55,30%
Concordo totalmente	09	23,70%
Discordo parcialmente	06	15,70%
Discorda totalmente	02	5,30%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, (2022).

Pode-se perceber através da Tabela 4 a seguir, que quando se pergunta sobre as decisões de investimento “Antes de tomar qualquer decisão sobre investimentos, o que você procura fazer? “, os servidores informaram que 13,20% procuram alguma orientação de um especialista para ajudar em sua decisão de fazer algum investimento. A grande maioria, isto é, cerca de 55,30% tomam suas decisões de investir com base em seus conhecimentos e instintos e 50% conversando com seus familiares.

Quando se trata da relação da educação financeira e o planejamento financeiro, constata-se que 39,60% dos entrevistados não conseguem economizar nada de seus proventos, alocando todo o seu salário para pagamento de suas despesas. Verifica-se que 28,90% responderam que economizam menos de 10% de seus salários, 28,90% responderam que conseguem economizar esse percentual e 31,50% dos entrevistados conseguem economizar acima de 10% de suas rendas mensais.

Perguntados qual a finalidade de economizar, 47,40% responderam que fazem esse procedimento para que possa realizar um sonho no futuro. Um contingente dos pesquisados de 28,90% pensam que economizar ajudará mais tarde quando o mesmo se aposentar do serviço

público. E 23,70% restante dos pesquisados relataram que economizam pensando em ter um aumento de seu patrimônio.

**Tabela 4: Perfil do nível de educação financeira, planejamento e decisões de investimento**

<b>Antes de tomar qualquer decisão sobre investimentos, o que voce procura fazer (pode-se responder mais de uma opção)?</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Conversa com amigos ou familiares	19	50,0%
Consulta um especialista	05	13,20%
Leio noticias sobre o mercado	06	15,80%
Tomo decisões com base em meus conhecimentos e instintos.	21	55,30%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Quanto da sua renda vc economiza por mês?</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Nada	15	39,60%
Menos de 10%	11	28,90%
Entre 10% e 30%	11	28,90%
Entre 30% e 50%	01	2,60%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Meios de buscas de informações sobre finanças (poderia ser respondido mais de uma opção)</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Televisão	23	60,50%
Internet	21	55,3%
Sites de noticias	09	23,70 %
Redes sociais	12	31,60%
Jornais	08	21,10%
Cursos presenciais	00	0,00%
Não pesquiso sobre	00	0,00%
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>100,00%</b>
<b>Poupa com qual finalidade?</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Aposentadoria	11	28,90%
Aumento de patrimônio	09	23,70%
Realizar um sonho	18	47,4%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>
<b>Ao receber os lucros sobre seus investimentos, como você utilizaria?</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Investeria também os lucros, aumentando a carteira	12	31,6%
Gastaria os lucros, mantendo o capital investido	06	15,80%
Não sei, não tenho resposta definida	20	52,60%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, (2022).

Em relação aos lucros sobre os investimentos realizados com parte do salário, verifica-se que 31,60% dos entrevistados investiriam também os lucros aumentando sua carteira de investimentos, demonstrando um bom nível de conhecimento sobre Educação Financeiro e de

como efetuar investimentos. Por outro lado, 15,80% dos servidores responderam que gastariam os lucros, mas manteriam o capital investido. E a grande maioria, cerca de 52,60% responderam que não tinham uma resposta definida e portanto, não saberiam o que fariam com os lucros de um possível investimento. Essa pergunta foi hipotética, portanto em nenhum momento os servidores que responderam ao questionário, falaram que possuíam algum tipo de investimento.

Um dos aspectos relevantes dentro da educação financeira é a elaboração de um planejamento financeiro. Neste quesito, para que o agente econômico possa garantir estabilidade financeira pessoal é necessário controle dos gastos, para evitar endividamento, manter uma reserva de emergência para eventuais acontecimentos e investir parte do seu salário para realizar objetivos e sonhos. Neste aspecto, pode-se sugerir de acordo com a pesquisa que os servidores, de uma forma geral, têm um nível de educação financeira insatisfatório. Apesar do nível do endividamento respondido pelos entrevistados estarem baixo, verificou-se o aumento dos empréstimos nos últimos anos através das instituições financeiras no município, bem como, muitas questões respondidas pelos servidores respaldaram na possibilidade de pouco conhecimento sobre educação financeira.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo se propôs a identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores públicos do Município de Taperoá/PB. Para atingir o objetivo pretendido foi utilizada uma abordagem quanti-qualitativa uma vez que foi realizada a interpretação dos resultados com valores numéricos e dados que permitiram compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas. Nesse sentido, buscou-se aplicar um questionário com 39 questões relativos a educação financeira e endividamento para analisar o estado da arte relativo ao tema dos servidores públicos de Taperoá, o que também demonstra que temos uma abordagem quantitativa. Os questionários foram apresentados aos servidores do município de Taperoá PB durante o mês de novembro do ano de 2022.

A partir da fundamentação teórica e de estudos anteriores, constatou-se como enfatizado por Bruski e Magalhães (2006) que o acesso facilitado ao crédito na economia brasileira aos servidores públicos, apresentado nos últimos anos, aliado ao desejo frequente de consumo para afirmação social, pode ensejar no endividamento. Bem como, a falta de controle de dívidas e o escasso conhecimento sobre educação financeira pode desencadear problemas de empenho da renda e perda de poder aquisitivo, levando os indivíduos a passar por problemas

financeiros, afetando conseqüentemente seu bem-estar e a produtividade no trabalho e ambiente familiar.

No perfil sócio econômico da pesquisa podemos verificar que quanto ao gênero os percentuais são quase os mesmos, sendo 52,60% do gênero masculino e 47,40% do gênero feminino, com predominância da cor parda entre os entrevistados. Com a maioria dos servidores presente na faixa etária acima dos 40 anos, considerados já maduros e experientes, sendo a maioria o chefe de família, com índices de escolaridade com bons níveis de instrução e ganhando em sua maioria, 52,60 %, declaram receber acima de um salário mínimo como renda mensal. São servidores com vários anos de trabalho no serviço público, na média acima de 12 anos de efetividade, 71,10% declaram terem filhos e morarem sob um mesmo teto.

Nas questões do perfil sobre endividamento, a pergunta se você tem dívida é respondida positivamente por 68,40% dos entrevistados enquanto que 31,60% afirmam não possuírem dívidas. O questionário indagou se o entrevistado teria se endividado no período da pandemia do covid-19, nos anos de 2020/2021 sendo que a resposta positiva foi que 39,50% contraíram dívidas nesse período e 60,50% afirmaram que não se endividaram. Destaca-se na análise que os principais tipos de dívidas elencadas pelos servidores em suas respostas foi na modalidade de empréstimo pessoal, outros 21,10% dívidas com cartão de crédito e outros 28,90% responderam que tem outros tipos de dívidas. Neste caso, pode-se concluir, assim como Galindo (2021) que as instituições financeiras estão em constante busca pelos servidores públicos e a facilidade de crédito pode ser um dos motivos da atratividade.

Nas questões do perfil Educação Financeira, verificou-se que a grande maioria, 84,20% dos servidores afirmaram ter um nível baixo ou médio sobre o tema abordado. Quando perguntado onde ter aprendido, sobre Educação Financeira, um percentual de 57,90% responderam que nunca tinham estudado sobre o tema. Neste caso, os meios mais comuns que os entrevistados utilizam para ficar atualizados sobre finanças, são a televisão e a internet, através de blogs e site que exploram esse assunto em suas plataformas. O que por sua vez, pode sugerir preocupação com a qualidade e o nível das informações que os servidores estão obtendo sobre educação financeira.

Quando analisamos na pesquisa de como o tema deveria ser abordado, constatou-se que a grande maioria acredita que a educação financeira deveria ser ensinada nas escolas desde o período infantil. Contudo, quando indagados como fazem na hora de fazer um investimento, os entrevistados responderam que recorrem aos conselhos de amigos e familiares, ou agem de acordo com seus conhecimentos ou instintos, sem um estudo prévio técnico e especializado sobre o assunto.

Este estudo apresenta uma importância singular, pois mostra de forma mesmo que incipiente, de como a falta de planejamento e de conhecimentos em educação financeira podem impactar na vida do servidor público, podendo acarretar sérios impactos em sua vida pessoal e funcional, reduzindo a produtividade no trabalho público.

Neste aspecto, pode-se sugerir uma parceria de políticas públicas de parceria entre o município e as Universidades, englobando as escolas estaduais, para que possam ser ministrados cursos, junto aos servidores, principalmente ao tomar posse no serviço público, apresentar um treinamento sobre Educação Financeira, e ao longo da vida ativa do servidor a Secretaria de Administração do município possa acompanhar seus servidores de forma mais efetiva, dirimindo futuros problemas com palestras, cursos e aperfeiçoamento sobre planejamento financeiro e educação financeira pessoal.

Como limitações deste estudo, verifica-se a necessidade da obtenção da coleta de dados mais robusta, com um público de entrevistados maior, dado que a amostra no município ficou abaixo do esperado comparando com o total de servidores do município de Taperoá. No entanto, a pesquisa apresentou informações relevantes para a literatura e para o município de Taperoá, descrevendo um painel sobre o perfil socioeconômico, nível de endividamento e de educação financeira dos servidores municipais, sendo de grande relevância para a administração pública, para a economia do país, para as organizações tanto públicas quanto privadas que se preocupam com o bem estar dos seus colaboradores.

Nesta perspectiva, dada as limitações desse trabalho sugere-se para estudos futuros a ampliação da amostra com a aplicação de mais questionários tanto no município de Taperoá quanto em outros municípios da Paraíba, para a realização de um possível mapeamento do perfil da educação financeira e do grau de endividamento dos servidores públicos em todos os municípios da Paraíba. Bem como, sugere-se a inserção de estudos sobre o impacto do contingente de servidores aposentados junto ao IPMT – Instituto de Previdência do Município de Taperoá e o nível de endividamento.

## **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, Christian Dyon Krug. Educação financeira: uma análise bibliométrica no período de 2011 a 2015. 2016.

AGÊNCIABRASIL.ebc.com.br/economia/noticia/2022-07/endividamento-das-familias – escrita pelo jornalista Akemi Nitahara.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Série cidadania financeira: Estudos sobre educação, proteção e inclusão. 5. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2017

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steel-workers in São Paulo. International Labour Office, Geneva, 2006.

CAVALCANTE, M. A. F. H.; SANTOS, F. DE L. A.; BASTOS, E. K. X.; LAMEIRAS, M. A.; CARVALHO, L. M. Carta de Conjuntura do IPEA – Nota de Conjuntura 31, número 56, 3 Trimestre de 2022.

CHACON, L. L. Empréstimos consignados: Um Estudo Junto a Servidores Públicos do Estado da Paraíba. 2019. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; OLIVEIRA, A. R. de. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. In: Congresso Brasileiro de Custos - CBC, XVI., 2009, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: CBC, 2009.

ENEF - <https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/enef/>.

FERREIRA, F. V. S. Finanças pessoais: Um estudo sobre educação financeira dos servidores públicos da UFPB. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

FLORES, S. A. M; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento. Revista de Administração. FACES Journal, v. 12(2), p. 13-35, 2013.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIORDANO, Cassio Cristiano. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana. Vol. 10. número 3. 2019.

GLAD, M. E.; ALMEIDA, N. S. Indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento dos brasileiros. Artigo apresentado no 14 Congresso UFU de contabilidade. Uberlândia, Minas Gerais. 21 a 28 de Outubro, 2021. Publicado em: (<https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2021.completo0171.pdf>).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATISTICA - <https://www.ibge.gov.br/>

LUCENA, D. S. Estudo sobre a falta de planejamento financeiro e endividamento de bombeiros militares do estado da Paraíba. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. Regular o sobre endividamento. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

Olivato, H.; Souza, P. K. L. (2007). Endividamento: Um Estudo Preliminar dos Fatores Contribuintes. Anais do Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins, SP, Brasil, 1.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE.-Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. Jul. 2005.

PINHEIRO, R. P. Educação financeira e previdenciária: a nova fronteira dos fundos de pensão. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

SANTOS, E. S. Educação Financeira: Um estudo sobre o nível de endividamento dos guardas civis municipais de João Pessoa. 2018. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba. 2018.

SILVA JÚNIOR, Altamiro. Endividamento das famílias cresce no Brasil. Revista Exame.

SILVA, Flaviane Costa. SILVA, Jussara Goulart da. “Devo não nego...” Uma análise da gestão financeira pessoal dos consumidores de Ituiutaba/MG. Anais do IV SINGEP. São Paulo/ SP. Brasil. 08 a 10 nov. 2015.

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. Percepção e comportamento de risco financeiro: análise da influência da ocupação e demais variáveis sociodemográficas. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 3, n. 3, p. 130-147, 2013.

**ANEXO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - EAD**

**PESQUISA – EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM  
ESTUDO DE CASO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM TAPEROÁ-PB  
QUESTIONÁRIO**

Caro respondente, a pesquisa é anônima, as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e os resultados serão divulgados de forma agregada. Ciente dessas informações, você aceita participar dessa pesquisa?

SIM     NÃO

**PERFIL SOCIOECONOMICO**

1. Local de Residência do entrevistado (Bairro/Município):

\_\_\_\_\_

2. Tipo de moradia: Casa  Apartamento  Outros

3. Gênero:  Feminino  Masculino  Prefiro não dizer  Outros

4. Cor ou raça:  parda  preta  branca  amarela

5. Idade: \_\_\_\_\_

6. Renda Individual:

- sem renda  
 Até 1 Salário mínimo ( R\$0,00 até R\$ 1.100,00)  
 1 a 3 Salários mínimos ((R\$ 1.100,00até R\$ 3.300,00)  
 3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.300 a R\$ 5.500,00)  
 5 a 10 Salário mínimo (R\$ 5.500 a 11.000,00)  
 10 a 15 Salário mínimo (R\$ 11.000,00 a R\$ 16.500,00)  
 15 a 20 Salário mínimo (R\$ 16.500,00 a R\$ 22.000,00)

7. Renda Familiar:

- sem renda  
 Até 1 Salário mínimo ( R\$0,00 até R\$ 1.100,00)  
 1 a 3 Salários mínimos ((R\$ 1.100,00até R\$ 3.300,00)  
 3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.300 a R\$ 5.500,00)  
 5 a 10 Salário mínimo (R\$ 5.500 a 11.000,00)  
 10 a 15 Salário mínimo (R\$ 11.000,00 a R\$ 16.500,00)  
 15 a 20 Salário mínimo (R\$ 16.500,00 a R\$ 22.000,00)

8. Grau de escolaridade:

- ensino fundamental incompleto  ensino fundamental completo

- ( ) ensino médio completo ( ) ensino médio incompleto ( ) curso técnico  
 ( ) ensino superior completo ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado  
 ( ) Pós-doutorado

9. Situação do respondente na estrutura familiar:

- ( ) chefe de família ( ) cônjuge ( ) filho/a ( ) independente ( ) outro

10. Quantas pessoas dependem da renda familiar? \_\_\_\_\_

11. Quanto tempo de serviço público: \_\_\_\_\_

12. Estado civil: ( ) casado ( ) solteiro

13. Tem filhos: ( ) sim ( ) não

14. Quantos filhos: \_\_\_\_\_

### **PERFIL ENDIVIDAMENTO**

15. Você possui dívidas? ( ) sim ( ) não

16. Você se endividou no período da pandemia da covid-19? ( ) sim ( ) não

17. Quais os tipos?

- ( ) cartão de crédito ( ) cheque especial ( ) financiamento de bem móvel  
 ( ) financiamento de bem imóvel ( ) empréstimo pessoal ( ) empréstimo rural  
 ( ) crediário ( ) outros

18. Estas dívidas estão em atraso? ( ) sim ( ) não

19. Principal razão?

- ( ) Falta de planejamento ( ) Desemprego ou queda na renda  
 ( ) Alta propensão ao consumo ( ) Alta taxa de juros ( ) Empréstimo do nome  
 ( ) Problemas de saúde ( ) Má gestão orçamentária  
 ( ) Facilidade de acesso ao crédito ( ) Baixa taxa de juros  
 ( ) Ausência de desconto à vista ( ) Inflação ( ) outros

20. Com relação ao seus gastos:

- ( ) Gasto mais do que ganho ( ) Gasto igual ao que ganho  
 ( ) Gasto menos do que ganho

21. Você contraiu empréstimos consignado no período da pandemia?

- ( ) sim ( ) não

22. O empréstimo teve como objetivo:

- ( ) compra de imóveis ( ) compra de automóvel ( ) pagamento de dívidas  
 ( ) compra de eletrodomésticos ( ) questões de saúde ( ) viagem ( ) outros

### **PERFIL EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

23. Como você classifica o seu nível de entendimento sobre finanças?
- Muito Alto  Alto  Médio  Baixo  Muito Baixo
24. Sobre a afirmação "O conhecimento que eu possuo sobre finanças, é o suficiente para eu ter uma vida financeira bem organizada", você:
- Concorda parcialmente  Concorda totalmente  
 Discorda parcialmente  Discorda totalmente
25. Onde você aprendeu sobre Educação Financeira? (Pode marcar mais de uma opção):
- Faculdade (com disciplinas específicas)  
 Cursos Online  
 Estudando sozinho por diversos meios (revistas, livros, internet)  
 Palestras e Eventos  
 Nunca estudei sobre Educação Financeira
26. Qual fonte você mais utiliza para se atualizar sobre notícias de finanças? (Pode marcar mais de uma opção):
- Televisão  Rádio  Jornais (impresso ou online)  Revistas especializadas  Redes Sociais  Internet (sites gerais, blogs, vídeos, etc.)  Sites de Notícias  Outros
27. Antes de tomar qualquer decisão sobre investimentos, o que você procura fazer? (Pode marcar mais de uma opção):
- Converso com amigos ou familiares  
 Consulto um especialista  
 Leio notícias sobre o mercado  
 Tomo decisões com base em meus conhecimentos e instintos
28. Quando se trata de Educação Financeira, qual a sua opinião?
- É um assunto que deveria ser ensinado para crianças nas escolas  
 Cabe aos responsáveis dar a devida educação financeira às crianças  
 Deveriam aprender sobre Educação Financeira apenas aqueles que optem por isso  
 Não sei / Não tenho resposta definida
29. Quanto da sua renda você poupa por mês?
- Nada  Menos de 10%  Entre 10% e 30%  
 Entre 30% e 50%  Mais de 50%
30. Com quais tipos de investimentos você tem mais familiaridade? (Pode escolher mais de uma opção):
- Poupança, CDB, LCI, LCA ou Fundos DI  Fundos Multimercados, Fundos Cambiais ou Fundos de Ações  Ações, Derivativos ou COE  Nenhum
31. Qual o seu principal objetivo ao investir?

- Economizar para a aposentadoria
- Realizar um sonho
- Aumentar meu patrimônio

32. Em quanto tempo você pretende atingir esse objetivo?  
 Até 1 ano  Entre 1 e 5 anos  Entre 5 e 10 anos  Mais de 10 anos  Não tenho recursos investidos
33. Ao receber os lucros sobre os seus investimentos, você:  
 Investiria também os lucros, aumentando minha carteira  Gastaria os lucros e manteria o capital investido  Não sei / Não tenho resposta definida
34. Quais desses aspectos você acha mais importante na hora de escolher uma corretora ou banco para começar a investir seu dinheiro: (marque no máximo três alternativas):  
 Marque todas que se aplicam.  Menores Custos  Profissionais mais capacitados tecnicamente  Plataforma mais fácil de navegar  O que oferece maiores taxas para títulos parecidos  Melhor atendimento e cordialidade

### **PERFIL RELAÇÃO DE CONFIANÇA**

35. Como você considera ser a sua situação atual?  
 Pago todas as minhas contas e sobra um pouco para poupar  Pago todas as minhas contas, mas não sobra nada  Frequentemente preciso de dinheiro emprestado para pagar minhas contas  Não sei / Não tenho resposta definida
36. Para dar início nos seus investimentos, o que você daria prioridade:  
 Juntar uma grande quantidade de dinheiro antes de investir  Criar uma reserva de emergência e investir o resto  Começar investindo tudo que sobra, mesmo que seja pouco valor
37. O que você costuma fazer quando recebe um recurso extra?  
 Acerto minha vida financeira  Gasto a maior parte com experiências que me dão prazer e invisto o resto  Reservo uma parte, mantendo minha estratégia de investimentos  Aproveito para aplicar uma parte em ativos mais arrojados  Não sei / Não tenho resposta definida
38. Como você organiza sua vida financeira (entrada e saída de recursos)?  
 Planilhas eletrônicas / Aplicativos de Celular  Anotações em cadernos ou livros  Um terceiro toma conta da minha vida financeira  Não tenho nenhum controle dessas informações

### **PERFIL RISCO FINANCEIRO**

39. Quando você pensa em investir seu dinheiro, o que você prioriza?  
 Prefiro ter potenciais ganhos maiores, mesmo que impliquem maiores riscos  Prefiro proteger meu capital, mesmo que tenha ganhos menores